

I. Introdução

O presente texto resulta da revisão da dissertação de mestrado em Arqueologia Medieval que apresentei em 18 de Março de 2005 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

A investigação nesta área cronológica e espacial iniciou-se timidamente em 1993, com trabalhos de prospecção no actual concelho de Gouveia. O primordial objectivo dessa investigação era o de caracterizar o património arqueológico existente, muito pouco conhecido e divulgado até então. Os dados obtidos nas prospecções sugeriram um aprofundamento dos estudos sobre alguns dos vestígios mais significativos. Uma das primeiras observações dos resultados apontava para o facto de a maior parte dos vestígios identificados indiciarem uma cronologia medieval. Deste conjunto, sobressaíam os cerca de 69% de sítios relacionados com as sepulturas medievais escavadas na rocha. A dimensão deste conjunto requeria uma análise particular e profunda, tendo-se, assim, procedido ao seu estudo, comparando-o, inclusive, com outras realidades nacionais e peninsulares. Destes estudos resultaram dois artigos (Tente e Lourenço, 1998; Tente, 2000) e parte da investigação que se aborda neste trabalho.

O levantamento deu lugar, em 1998, à apresentação de um projecto ao IPA, a integrar no Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, que visava o início do estudo de um dos locais arqueológicos mais enigmáticos identificado durante as prospecções, o Penedo dos Mouros (Arcozelo). As primeiras observações do local sugeriam que se tratava de um espaço com carácter defensivo, sem, contudo, ter, aparentemente, qualquer estrutura habitacional associada e cujo campo de visão era reduzido. A compreensão da articulação territorial entre este sítio e as restantes estruturas defensivas da região, bem como da ligação entre as estruturas defensivas e as zonas de *habitat* e de enterramento, impunham-se-me como tarefas imprescindíveis para a compreensão dos vários dados que haviam sido recolhidos desde 1993. Foi esta imperiosa necessidade de uma visão mais global e articulada dos dados arqueológicos que motivou este trabalho. Restava definir um espaço que fosse suficientemente alargado de forma a permitir uma análise territorial do povoamento, mas cuja dimensão não colocasse em risco a exequibilidade do estudo nos moldes de uma dissertação de mestrado.

A procura de limites geográficos para o espaço não foi complexa, efectivamente toda a região da Beira Alta se encontra marcada por dois elementos geográficos preponderantes no espaço e na história deste território: a Serra da Estrela e o Rio Mondego. A montanha e o rio impunham-se como limites naturais para a definição da área a estudar e marcam indelevelmente todo o estudo. Eles são os elementos determinantes no estabelecimento do povoamento alto-medieval da encosta noroeste da Serra da Estrela.

Não obstante os dados obtidos nas prospecções arqueológicas, o estudo de qualquer temática relacionada com a Arqueologia da Alta Idade Média na área da Beira esbarra com a carência de dados provenientes de trabalhos arqueológicos continuados. Nos contextos de Época Medieval que esta situação é mais acentuada, os dados provenientes de escavações arqueológicas são muitas vezes resultantes de intervenções que visam estudar outras épocas, mas cujo trabalho de campo implica a remoção dos níveis mais recentes, nomeadamente os medievais, não merecendo estes, assim, um estudo específico e a devida publicação.

A área em análise apresenta ainda outras dificuldades que limitam a existência de estudos na área da arqueologia medieval, nomeadamente as características orográficas da zona, os declives acentuados, a dificuldade de leitura da fotografia aérea face à abundância de afloramentos rochosos, a intensa antropização da paisagem e a conseqüente forte erosão dos solos de algumas áreas. A toponímia consegue, ainda que timidamente, lançar algumas pistas para a compreensão do espaço medieval, são exemplos o Aljão, a Atalaia, a Mesquitela ou a Boiticela. Todavia, a maioria dos topónimos e micro-topónimos ou referem-se à ocupação florística e faunística da região, ou são claramente referências toponímicas posteriores, como antroponímicos de personagens locais claramente identificadas no tempo.

A quase inexistência de dados sobre a região na documentação escrita conhecida para esta cronologia é, porém, a principal dificuldade. Só se começa a vislumbrar a encosta noroeste da Serra da Estrela na documentação escrita no fim do século XII, com os primeiros forais. São assim tardias as referências que nos podem ajudar a compreender a ocupação do espaço e a organização do povoamento. Restam então alguns escassos documentos integrados no *Livro Preto* (Rodrigues, 1999), no *Livro Santo de Santa Cruz* (Ventura e Faria, 1990) e nos *Taraucae Monumenta Historica* (Fernandes, 1991), datados da primeira metade do século XII.

Não obstante todas as barreiras, nos fins da década de 80 do século XX pode verificar-se um ponto de viragem para o estudo da época medieval nesta região. A partir de então, começaram a surgir estudos sobre as sepulturas escavadas na rocha. Ao nível do mundo dos *habitats*, as referências continuavam a ser escassas. Efectuaram-se algumas intervenções arqueológicas, no âmbito de acções de prevenção ou emergência, que identificaram níveis medievais, mas cuja necessária publicação dos resultados não ocorreu ainda. São assim preciosos, no campo estritamente documental, os estudos de José Mattoso sobre Seia (Mattoso, 1987) e o de José Baptista sobre o povoamento da Serra da Estrela entre 1055 e 1223 (Baptista, 1998).